MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 306, DE 14 DE JUNHO DE 2017

DOU de 27/07/2017 (nº 143, Seção 1, pág. 113)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.

Ementa: A receita decorrente de operação *back to back*, isto é, a compra e a venda de produtos estrangeiros, realizada no exterior por empresa estabelecida no Brasil, sem que a mercadoria transite fisicamente pelo território brasileiro, não caracteriza operação de exportação e, por conseguinte, não está abrangida pela não incidência da Contribuição para o PIS/Pasep de que trata o [art. 5º da Lei nº 10.637, de 2002](#). A base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep na operação *back to back* corresponde ao valor da fatura comercial emitida para o adquirente de fato (pessoa jurídica domiciliada no exterior).

Dispositivos Legais: [arts. 1º e 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#); [art. 37 da Instrução Normativa RFB nº 1.312, de 28 de dezembro de 2012](#); [art. 28 da Circular BC nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013](#); e [art. 481 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#).

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Ementa: A receita decorrente de operação *back to back*, isto é, a compra e a venda de produtos estrangeiros, realizada no exterior por empresa estabelecida no Brasil, sem que a mercadoria transite fisicamente pelo território brasileiro, não caracteriza operação de exportação e, por conseguinte, não está abrangida pela não incidência da Cofins de que trata o [art. 6º da Lei nº 10.833, de 2003](#). A base de cálculo da Cofins na operação *back to back* corresponde ao valor da fatura comercial emitida para o adquirente de fato (pessoa jurídica domiciliada no exterior).

Dispositivos Legais: [arts. 1º e 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#); [art. 37 da Instrução Normativa RFB nº 1.312, de 28 de dezembro de 2012](#); [art. 28 da Circular BC nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013](#); e [art. 481 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#).

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral